

CLIENTE: CBH-Doce - Ibio
VEÍCULO: Diário do Rio Doce
EDITORIA: Agropecuária
DATA: 10.05.2015

agropecuária

DIÁRIO DO RIO DOCE

4B

Governador Valadares, domingo, 10 de maio de 2015

Projeto prevê elaboração de planos de saneamento

OBJETIVO É INVESTIGAR AS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO DE TODOS OS MUNICÍPIOS DA BACIA DO RIO DOCE

por EDUARDO LIMA
eduardo@multimidia.com.br

GOVERNADOR VALADARES — O Comitê da Bacia do Rio Doce está financiando a elaboração de Planos de Saneamento de municípios da área. A expectativa é de que 156 cidades sejam contempladas com um total de mais de R\$ 21 milhões investidos. O Plano de Saneamento trata-se de um diagnóstico da situação atual dos municípios no que diz respeito aos quatro eixos que compõem o saneamento básico: água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Por entender a importância da universalização dos serviços de saneamento básico, e por tratar-se do 10º manancial mais poluído do País, o Programa de Universalização do Saneamento ajudará a amenizar a poluição das bacias. Em entrevista ao DRD, os diretores de projetos da Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (Ibio - AGB Doce) revelaram ter ficado surpreendidos ao descobrirem que a maioria dos municípios não tinham planos de saneamento básico, lembrando que são 222 municípios que compõem a bacia do rio Doce.

Tendo em vista a grande quantidade de cidades que não tinham esgoto tratado, o Comitê resolveu ampliar o número delas para a seleção, que se deu através de edital de chamamento, com um total de R\$21 milhões a serem investidos na contratação de empresas especializadas na elaboração do projeto.

A contratação da empresa res-



O RIO DOCE contará com Planos de Saneamento para os municípios de sua bacia

das com o plano de saneamento foram os rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Guandu e São José.

De acordo com o coordenador de Programas e Projetos da Ibio - AGB Doce, Fabiano Alves, o plano de saneamento será fundamental para dar continuidade aos outros projetos de recuperação da bacia do rio Doce. "Não tem como recuperar nascentes

cada município terá sua própria ETE, o que facilitaria a recuperação das bacias. Um exemplo disso é o projeto de recuperação de nascentes no Vale do Rio Doce. Portanto, sem tratar o esgoto, não temos como recuperar o nosso rio", afirmou Alves.

No que se refere ao tratamento de esgoto, Valadares já ocupou o último lugar em saneamento básico entre as 100 maiores cidades do País,

não será a Ibio - AGB Doce a responsável pela implantação do projeto, pois isso ficará a cargo do município e da empresa contratada. "O plano, pela primeira vez, está obrigando que todas as secretarias dos municípios participem do projeto. É esse plano que vai apontar o que o município está precisando para assegurar a qualidade de vida à população, as condições dignas de moradia

ciamento de cargos públicos."

O documento, que é de responsabilidade do município, também propõe ações emergenciais, de curto, médio e longo prazos, além de projetos e metas para atingir os objetivos traçados, a fim de promover a universalização dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais. O plano de saneamento básico dos municípios deve ser entre-

Prefácio Comunicação Ltda. – CNPJ: 86.713.211/0001-97

Rua Dr. Sette Câmara,75 - Luxemburgo - 30380-360 - Belo Horizonte - MG - Tel.: (31) 3292 8660

ponsável pela elaboração do plano será realizada por meio de licitação, em processo acompanhado e supervisionado pela Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce Ibio - AGB Doce. As bacias contempla-

sem ter pelo menos saneamento básico. Seria o mesmo que tapar o sol com a peneira. E é exatamente isso o que está acontecendo em Valadares, que, futuramente terá o esgoto tratado. O que o Comitê enxerga é se

em pesquisa feita pelo Instituto Trata Brasil. Faltando pouco tempo para a finalização das obras da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), a cidade ainda sofre com a falta de saneamento básico. Alves destacou que

e a preservação do meio ambiente, e isso era de responsabilidade da prefeitura. Vale destacar que não será o Comitê que ficará responsável pelo plano de saneamento, pois isso ficará a cargo do município, sem finan-

que até 31 de dezembro de 2015, conforme prevista Lei 11.445/2007, e servirá de condicionante para que os municípios tenham acesso a recursos federais destinados ao saneamento.

Fruticultura como alternativa para o desenvolvimento regional

Governador Valadares possui cerca de 1.800 propriedades rurais distribuídas em seu território, em sua grande maioria utilizadas para a bovinocultura de leite e corte. A vocação local para a pecuária não deve ser abandonada ou rebaixada a um segundo plano, mas sim aperfeiçoada com novas tecnologias, procurando aumentar a produtividade e agregar valor ao setor, trabalhando sempre de forma sustentável. Uma ótima alternativa para a diversificação do setor agropecuário de Governador Valadares e região seria a fruticultura.

A busca por culturas alternativas de produção, como frutas tropicais e a industrialização com agregação de valores a esses produtos, as certificações gerando selos de produtos orgânicos ou sem agrotóxicos — SAT, a formação de associações de produtores, entre outros,

são alternativas que merecem apoio, por buscar a melhoria de vida dos agricultores, gerando ocupação e renda no meio rural.

Ações isoladas de alguns produtores, com a implantação bem-sucedida de pomares e lavouras, mostram o acesso à informação e ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Pronaf, revelando como a adoção de tecnologias apropriadas pode contribuir e promover o crescimento econômico da região. A fruticultura tropical tem tido nos últimos 10 anos preços estáveis e crescentes, mantidos sobretudo pela melhoria na renda do brasileiro e a maior preocupação com uma alimentação saudável, tornando-se uma boa oportunidade de investimento na área agrícola.

Minas Gerais é um grande importador de frutas e derivados, tendo em 2012 importado US\$ 23,4 milhões e

exportado US\$ 4 milhões. O município de Governador Valadares possui clima quente e úmido, adequado para a implantação da fruticultura tropical, porém, a lavoura permanente da cidade produz banana (100 há), cocoda-baía (60 há), laranja (10 há) e maracujá (01 há), podemos notar que a fruticultura, ocupa pouco espaço na produção agropecuária, praticamente sem importância comercial, sendo as frutas aqui comercializadas oriundas de outros municípios e estados. A cidade, porém, é uma importante consumidora de frutas, contando com uma população de 275.568 habitantes.

Entre as opções de frutas para o município se destacam o abacaxi, a banana, a manga, o maracujá, o coco, a graviola, a acerola, o abacate e a goiaba, dentre outras. Muito interessante também seria a produção de frutas destinadas ao Programa Nacio-

nal de Aquisição de Alimentos — PNAE, do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, com a gestão das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (Unidades Executoras). Ela caracteriza-se pela compra de gêneros alimentícios produzidos pelo agricultor familiar, sobretudo hortifrutigranjeiros e produtos da agroindústria, para comporem a alimentação da respectiva rede escolar.

A Lei 11.974, de 2009, determina que no mínimo 30% da verba repassada anualmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE para a alimentação (merenda) escolar deva ser utilizada na aquisição de gêneros alimentícios, preferencialmente do agricultor familiar do município, oferecendo assim à população discente municipal e estadual alimentos de qualidade produzidos sob o prisma da



por Marcelo de Aquino Brito Lima (*)

agroecologia e da segurança alimentar.

Governador Valadares possui terras férteis, boa insolação, água, localização estratégica e grande potencial de consumo para o desenvolvimento da fruticultura, porém, produzir frutas, apesar de todos os benefícios, requer muito trabalho, orientação técnica e, como toda atividade, investimento financeiro. Daí a importância de subsídios para o setor e o trabalho de extensão rural e de defesa sanitária vegetal governamental de qualidade para atender o setor agropecuário, gerando emprego, renda e combatendo o êxodo rural na região.

(*) Engenheiro-agrônomo e biólogo presbiteriano, professor universitário, fiscal estadual agropecuário do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), especialista em fertilidade do solo e nutrição de plantas e em educação e gestão ambiental. Contato: marceloaquino@bol.com.br